

A LINGÜÍSTICA APLICADA E O PROCESSO DE LETRAMENTO

Rosemeire Selma Monteiro*

Resumo

Neste artigo pretendo discutir em que medida os trabalhos realizados em Lingüística Aplicada (LA) podem auxiliar no desenvolvimento do processo de letramento e quais as perspectivas para pesquisas futuras nesta área. Para tanto, apresento uma revisão de alguns artigos abrangentes sobre a LA e coloco em pauta seus objetivos, principais linhas de atuação e metodologia. Em seguida, procuro estabelecer distinções entre letramento, alfabetização e escolarização. Longe de pretender apresentar receitas, objetivo deslindar pesquisas que possam auxiliar no desenvolvimento do processo de letramento.

Palavras-chave: *lingüística aplicada; alfabetização; letramento e escolarização.*

Abstract

I pretend show how works maked in Applied Linguistics can help in the development oh the literacy process, and where are the research in this area. For this, I maked one revision some papers about Applied Linguistics and show the difference between literacy alphabetization and schooling. I don't want to present prescriptions, but to present ways for the development literacy process.

Key words: *applied linguistics; literacy; alphabetization; schooling.*

INTRODUÇÃO

Embora a Lingüística Aplicada esteja freqüentemente associada ao ensino de língua materna e/ou estrangeira, basta

verificar os *Anais* dos últimos encontros ou mesmo a programação do 10º. Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada - InPLA¹, para o primeiro semestre de 2000, para verificarmos a diversidade de assuntos e áreas abordados.

Relacionar a questão do letramento com as pesquisas em LA justifica-se, principalmente, dado o caráter interdisciplinar das pesquisas em LA. Somente uma abordagem interdisciplinar pode dar conta do fenômeno do letramento, principalmente em virtude das várias acepções que o processo tem recebido e também pela possibilidade de analisá-lo sob diversificadas perspectivas.

1 A LINGÜÍSTICA APLICADA

Uma leitura dos trabalhos de LA (Bohn (1988), Beaugrande (1992), Celani (1992), Kleiman (1992), Lopes (1996), Cavalcanti (1996) revela que a LA não é uma mera aplicação de teoria lingüística para resolver problemas de aprendizagem de línguas (materna ou estrangeira), ou para efetivar descrições de línguas específicas.

Bohn (1988) procede uma revisão histórica da LA, estabelece a distinção entre ciência pura e ciência aplicada, examina algumas definições de LA na literatura corrente e apresenta exemplos de aplicações lingüísticas.

Para efetivar sua pesquisa, ele entrevistou 17 professores de lingüística e de lingüística aplicada que trabalhavam em um departamento de línguas no meio acadêmico do ensino de inglês. Seguem abaixo as categorias da análise das definições concedidas pelos sujeitos da pesquisa, para eles a LA:

- usa princípios lingüísticos para objetivos práticos;
- está relacionada ao ensino de línguas e de línguas estrangeiras;

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Lingüística.

¹ 1ª. Circular do 10º. InPLA - Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - Programa de Estudos em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem - INPLA@EXATAS.PUSP.BR, São Paulo, [s.d.]

- ocupa-se da sociolingüística e da psicolingüística;
- está ligada à tradução, ao texto e ao discurso;
- pode auxiliar terapias;
- pode subsidiar a elaboração de gramáticas pedagógicas e propostas curriculares.

Bohn assinala que a ênfase dos professores está no aspecto prático da LA e no ensino de línguas estrangeiras.

O autor seguiu a sugestão de Strevens (1980 *apud* Bohn, 1988), para quem, através da análise das tarefas desempenhadas por lingüistas aplicados, pode-se chegar a algumas definições de LA. Em seu artigo, Bohn apresenta um conjunto de tarefas/empregos, em que o lingüista aplicado possa estar envolvido, anteriormente enumerados por Strevens:

- consultoria a órgãos governamentais nacionais ou estrangeiros;
- envolvimento em programas de alfabetização;
- organização e desenvolvimento de programas de ensino;
- envolvimento em pesquisas na área da informação;
- atuação na área de patologia da linguagem;
- planejamento de políticas nacionais de linguagem;
- engajamento na produção de livros, artigos e materiais de ensino.

Embora concorde com Strevens sobre a solução de definir LA a partir das tarefas executadas por seus praticantes, Bohn constata que “infelizmente, é uma área inexplorada nas ciências da linguagem e o consenso sobre uma definição no momento não existe nem entre lingüistas, nem entre os que praticam LA e treinam novos cientistas no campo de LA.” (p.27)

Cabe aqui reproduzir os princípios lingüísticos que têm sido aplicados na solução de problemas de línguas, sugeridos por Els *et alli* (1984) *apud* Bohn, (1988: 31):

- o princípio da gramática tradicional de que ‘a pureza da língua está melhor expressa nas obras literárias’;
- o princípio de que ‘a expressão lingüística oral tem prioridade sobre a expressão escrita’;
- a noção dos lingüistas estruturalistas de que ‘a língua é estruturada’;
- a noção de ‘competência social’ de Hymes em oposição ao conceito chomskyano de ‘competência gramatical’;
- a noção de que ‘as diferenças entre dois sistemas lingüísticos poderiam ser expressas por contrastes’;
- o conceito de ‘organização supra - sentencial’.

Bohn conclui que grande parte dos pesquisadores acredita que a lingüística oferece *input* para a LA, em uma perspectiva unidirecional, não existindo então uma preocupação de realimentação, denotando uma relação unívoca entre LA e Lingüística Teórica, o que de certa forma demonstra uma ignorância sobre um dos aspectos fundamentais da LA que é a interdisciplinaridade, segundo a qual ela não se alimenta só da lingüística, mas da psicologia, da sociologia e das ciências relacionadas como a psicolingüística e a sociolingüística, entre outras.

Ao colocar-se contra esta visão, ele cita Widdowson:

“... enquanto fizermos muita “aplicação lingüística” em oposição à “lingüística aplicada”, não poderemos produzir uma metodologia e um conjunto de princípios solidários e suficientemente sólidos/perenes que se aplicam a um conjunto de fenômenos, características de uma ciência.” (1980 *apud* Bohn, 1980:29)

Em um artigo denominado *O dilema da Lingüística Teórica*, Beaugrande (1992) coloca questões epistemológicas sobre as pesquisas em lingüística e apresenta as condições e tarefas da LA, que julgo valer a pena também sintetizar aqui.

Para ele a LA estaria normalmente relacionada à transformação de teorias lingüísticas estabelecidas em um instrumento para a aprendizagem e o desenvolvimento de aptidões lingüísticas. Desta forma, as tarefas da LA seriam:

- descrição minuciosa do uso lingüístico atual, diferentemente de descrições abstratas de sistemas lingüísticos, levando em conta principalmente a competência comunicativa e não apenas a competência lingüística;
- descrição das estratégias discursivas utilizadas por grupos específicos de falantes, estabelecendo, para tanto, novos procedimentos de medida, de forma que os parâmetros permitam a distinção dos diferentes estágios de desenvolvimento em que estes falantes ou grupos se encontram em relação às habilidades lingüísticas. Desta forma, estar-se-ia deixando de lado a seleção das aptidões que são mais facilmente quantificadas para dedicar a atenção àquelas que sejam relevantes para o sucesso no processo de comunicação;
- delimitação dos aspectos lingüísticos passíveis de serem inferidos indutivamente da experiência humana comunicativa diária, em relação aos outros aspectos mais problemáticos ou exceções; isto posto, o ensino da língua centrar-se-ia em conhecimentos básicos para o uso propiciando uma formação lingüística realista;
- análise das reações de determinados grupos diante de variantes lingüísticas, indo além da identificação e descrição das variantes sem a verificação empírica dos efeitos produzidos pela prática destas variantes em uma dada sociedade;
- investigação das motivações das reações positivas ou negativas frente aos diversos usos lingüísticos; nesta investigação seria interessante levar em conta as razões das reações negativas, estabelecendo distinções entre os motivos fundamentados racionalmente e os herdados por puro preconceito; com isso possibilitar-se-ia uma maior tolerância lingüística;
- estudo dos fatores envolvidos na produção de texto refazendo o percurso entre intenção e ação, para determinar causas do sucesso ou não do ato comunicativo;
- instrumentalização da monitoria no processo de produção textual, possibilitando ao produtor do texto o uso de es-

estratégias objetivas de revisão a fim de reconhecer e remediar os possíveis problemas ocorridos.

Na realidade, Beaugrande apresenta um programa de pesquisa que pode servir de base para a elaboração de métodos e materiais de ensino de língua. Visto sob este prisma a LA teria um papel extremamente relevante a desempenhar em relação à Lingüística teórica, nas palavras do autor:

“Quer me parecer que a Lingüística Aplicada oferece uma instância para a reorientação da Lingüística Teórica. Cada área de aplicação compreende uma multidão de usos lingüísticos bem como a práxis de seu tratamento. Uma teoria seria, pois, um modelo de processos de uso que subjazem ao funcionamento do sistema lingüístico em cada área. Esta teoria teria condições de refletir sobre si mesma e de inferir os processos de uso da totalidade dos contextos de ocorrência, tal como fazem os participantes da comunicação humana. Neste caso a própria Lingüística seria compreendida explicitamente como caso especial do uso lingüístico, isto é, como uma possível passagem da experiência para o princípio da ação com um determinado objetivo.” (p 17-18)

Ao apresentar as interpretações mais comumente encontradas para LA, Celani (1992) demonstra que a estas interpretações subjazem concepções de LA como uma área interdisciplinar de consumo e não de produção de teorias, destinada ao ensino/aprendizagem de línguas.

Entretanto, a autora discute cada uma destas concepções procurando justificá-las e conclui que:

“Está claro para os que hoje militam na LA no Brasil que, embora a linguagem esteja no centro da LA, esta não é necessariamente dominada pela Lingüística. Em uma representação gráfica da relação da LA com outras disciplinas com as quais ela se relaciona, a LA não apareceria na ponta de uma seta partindo da Lingüística. Estaria provavelmente no centro do gráfico, com setas bidirecionais dela partindo para um número aberto de disciplinas relacionadas com a linguagem, entre as quais estaria a Lingüística, em pé de igualdade, conforme a situação, com a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia ou a Tradução. (p. 21)

Para Moita Lopes (1996) trata-se de pesquisa de natureza aplicada em Ciências Sociais que focaliza a linguagem do ponto de vista processual; possui natureza interdisciplinar e mediadora; envolve formulação teórica e utiliza métodos de investigação de base positivista e interpretativista.

Ao considerar a LA como uma pesquisa de natureza aplicada, o autor justifica-se dizendo que as pesquisas centram-se primordialmente na resolução de problemas de uso da linguagem, ultrapassando inclusive o contexto escolar. Para ele, trata-se de uma ciência social por focalizar

problemas de uso da linguagem que os usuários possam enfrentar no contexto social.

O ponto de vista processual diz respeito ao processo de interação lingüística escrita e oral, levando em conta um modelo lingüístico da perspectiva do usuário.

A natureza interdisciplinar da LA é inquestionável, pois o corpo de conhecimento teórico a ser utilizado pelo lingüista aplicado dependerá das condições de relevância do problema a ser estudado.

Lopes lembra ainda que as pesquisas em LA envolvem formulação teórica, de tal forma que, embora centre-se na resolução de problemas específicos e opere com conhecimentos teóricos de outras disciplinas, a LA pode formular seus próprios modelos teóricos.

Já a base positivista e interpretativista utilizada nos métodos de investigação em LA relaciona-se com o controle de variáveis específicas para validar as investigações nos moldes das ciências naturais. Para tanto, recebe particular atenção o produto final dos usuários (análise da produção oral e /ou escrita e também do desempenho na compreensão oral e/ou escrita). O autor destaca, ainda, duas tendências de pesquisa de cunho interpretativista: a pesquisa etnográfica, que focaliza a percepção que os usuários têm da interação lingüística e do contexto social que os envolve; e a pesquisa introspectiva, centrada nos processos e estratégias subjacentes ao uso da linguagem, cujo estudo se dá através da análise de protocolos, com vistas a tornar acessíveis os processos e estratégias dos sujeitos.

Moita Lopes encerra suas considerações resumindo seu entendimento sobre o que vem a ser LA:

“Trata-se de pesquisa aplicada no sentido de que se centra primordialmente na resolução de problemas de uso da linguagem tanto no contexto da escola quanto fora dele, embora possa também contribuir para a formulação teórica como a chamada pesquisa básica. A LA é uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem (leitores, escritores, falantes, ouvintes) dentro do meio de ensino/aprendizagem e fora dele (por exemplo, em empresas, no consultório médico, etc.) Pesquisa que focaliza a linguagem do ponto de vista processual. Coloca-se foco na linguagem da perspectiva do uso/usuário no processo da interação lingüística escrita e oral. Portanto, a teoria lingüística que interessa ao lingüista aplicado deve dar conta dos tipos de competências e procedimentos de interpretação e produção lingüística que definem o ato da interação lingüística. (p.22/23)

1.2 A LA e o ensino da língua materna

Ilari (1996) assinala que o objetivo fundamental do ensino de língua materna é propiciar ao estudante a ampliação de sua capacidade comunicativa; a este objetivo gostaria de acrescentar a possibilidade de oferecer ao alu-

no, também, a capacidade de transitar pelas diversas instâncias sociais que nem sempre estão ao alcance dos não escolarizados, principalmente por questões econômicas.

Tendo em vista que a capacidade para a aquisição da linguagem é inata, exclusivamente humana e comprovadamente um processo natural, pelo qual o indivíduo internaliza um sistema lingüístico graças a fatores inatos, maturacionais e ambientais; uma questão que ainda se coloca no ensino de língua materna é qual a importância de se ensinar português a um falante nativo do português, por exemplo.

Para que a aquisição da linguagem ocorra não é necessária a sistematização, mas apenas exposição a contextos comunicativos.

Os fatores inatos estão relacionados ao fato de o ser humano ser biopsicologicamente programado para processar o sinal da linguagem tanto ao nível da recepção quanto ao nível da produção (Scliar-Cabral, 1986). Cabe lembrar que, como já comprovado por pesquisas psicolingüísticas, a capacidade de compreensão desenvolve-se antes e segue sendo sempre maior do que a capacidade de produção. Apenas para exemplificar, o número de itens lexicais produzidos pela criança na fase de aquisição da linguagem é sempre muito menor do que o número de itens que ela é capaz de reconhecer, a julgar por seu comportamento diante de enunciados como: “Vá buscar o sapato do papai.”. Muito antes de conseguir produzir tal enunciado, a criança é perfeitamente capaz de compreendê-lo e executá-lo, se for o caso. (Monteiro, 1995)

Fatores maturacionais também interferem na aquisição da linguagem de maneira determinante. É necessário, por exemplo, que o sistema fonológico da criança já esteja desenvolvido a tal ponto que ela possa produzir os gestos articulatórios necessários para comunicar-se.

O fator ambiental é enfatizado por diversos autores: quanto mais estimulada a criança for, melhor será o seu desempenho lingüístico. Em outras palavras, o ambiente em que ela está inserida está altamente relacionado à sua competência comunicativa.

A aprendizagem, por sua vez, é um processo contínuo no qual estão envolvidos fatores cognitivos, metacognitivos e pragmáticos intimamente ligados à sistematização para a internalização de conceitos, formulação de hipóteses, análise e síntese etc., estágios estes também presentes durante a aquisição da linguagem.

Sendo a distinção entre aquisição e aprendizagem muito tênue, cabe exemplificar com as modalidades de fala e escrita, pois enquanto a fala é adquirida de forma natural e dependente da interação, a escrita, por outro lado, depende da aprendizagem, pois carece de uma sistematização e todo um aparato específico para a sua internalização. Cabe lembrar que, quando uma criança inicia sua aprendizagem da escrita, ela já fala há vários anos.

2 A ALFABETIZAÇÃO

O desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado ao da escrita, que deve ser entendido neste texto, tanto como a habilidade no uso desta modalidade de linguagem, quanto como a quantidade e qualidade de material impresso que circula entre os indivíduos destas sociedades.

Embora ainda haja o chavão de que “não há preocupação com a educação neste país”, as políticas de alfabetização e em prol do ensino fundamental têm ocupado, desde meados da década de 90, cada vez mais espaço na mídia, através de campanhas publicitárias, criação de emissoras educativas, ajuda de custo a pais que mantiverem filhos menores de 14 anos na escola, programas de tele-ensino e outros investimentos em educação básica.

Já em 1998, o slogan nacional era : **“A, B, C, toda criança tem que ler e escrever”**, refrão transmitido em rede nacional em diversos horários, tendo como protagonista o *Rei Pelé*, Edson Arantes do Nascimento, certamente devido ao seu carisma junto à população brasileira.

A preocupação com a alfabetização para todos, independente da classe social à qual o indivíduo pertença, desde o século XIX, tem sido preconizada em diversos países, na forma de uma educação pública, universal e gratuita.

Mas afinal, quando uma pessoa pode ser considerada alfabetizada, quais os critérios para esta avaliação?

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), basta que o indivíduo responda *sim* à pergunta: *“Sabe ler e escrever?”* para ser considerado alfabetizado. Já em alguns países da Europa é necessário ler um pequeno texto instrucional e seguir as instruções nele presentes, sem a intervenção do entrevistador, e/ou compor um texto de aproximadamente quinze linhas sobre seu cotidiano ou dados de sua vida: local de nascimento, estado civil, grau de instrução, ocupação, dados sobre seu bairro etc. (Morais 1997, comunicação pessoal).

Adoto aqui o critério segundo o qual alfabetizado seria aquele capaz de realizar as habilidades inerentes à alfabetização: descodificação e codificação dos sistemas escritos, de maneira compreensiva e compreensível; cito também Gumperz para quem a “alfabetização, sob uma perspectiva psicológica, é um conjunto multifacetado de habilidades instrumentais que envolvem processos cognitivos os quais operam na produção e compreensão de textos.” (1992:13)

A alfabetização passa, portanto, inevitavelmente pelo contato sistematizado com o código escrito, o que pode ocorrer dentro ou fora do ambiente escolar, mas que deve necessariamente fazer parte de um processo de aprendizagem, conforme defendido anteriormente.

3 A ESCOLARIZAÇÃO

Embora a alfabetização possa ocorrer fora do contexto escolar, é incontestável que os sistemas escolares tor-

naram-se e permanecem como o principal caminho para a efetivação da alfabetização e demais objetivos sociais:

“Reconhecemos o papel central das escolas no processo educacional, portanto, é o primeiro e essencial passo para a aquisição de igualdade na educação. O próximo passo é chegar a um acordo sobre quais são as tarefas mais importantes da escola. O papel da escola no aumento da equidade na educação apenas será efetivo, se ela for capaz de articular suas propostas, obter a aprovação do público para elas e demonstrar que pode satisfazê-las. Isto significa que a finalidade central da escolarização deve ser identificável, popular, definível e justa. A alfabetização é um desses objetivos. A alfabetização é, principalmente, um empreendimento cognitivo. Com alfabetização, quero dizer a capacidade de ler, comunicar, computar, desenvolver julgamentos independentes e assumir ações resultantes destes”. (Graham, 1980, p. 127 apud Gumperz, 1992:17)

A escolarização é importante não só como um espaço para aprender a resolver problemas, mas também como um ambiente propício à demonstração dos conhecimentos de forma sistematizada e em contextos apropriados. É certo que há duas maneiras básicas de se adquirir conhecimento, através da experiência e através das linguagens. E o conhecimento que se adquire através das linguagens pode auxiliar ao desenvolvimento de novos conhecimentos sucessivamente.

Mas será que há um nível de escolarização suficiente? Cada sociedade estabelece para si um nível de escolaridade suficiente para atender a necessidades culturais e /ou econômicas e, à medida em que há um desenvolvimento tecnológico, este nível vai sendo alterado. Para comprovar isto basta que relacionemos escolarização com distribuição de renda, ou escolarização com mercado de trabalho, por exemplo. O controle do nível de escolarização desejado em cada sociedade é realizado através de políticas de alfabetização e escolarização.

4 LETRAMENTO

É notório também que o objetivo das políticas de alfabetização não é apenas instrumentalizar para codificação e descodificação, mas auxiliar o indivíduo, uma vez iniciado nas primeiras letras e números, a exercer o seu papel de cidadão em uma sociedade letrada e tecnológica como a nossa.

Para que a transformação do indivíduo em cidadão se efetive, é necessário que ele apresente um bom desempenho na comunicação escrita, ou seja, leia compreensivamente, escreva o que for necessário para sua atuação social e seja capaz de julgar o que lê e escreve, por que lê e escreve e principalmente para que lê e escreve.

Ser capaz de julgar para que lê e escreve é tarefa das mais complicadas, principalmente porque nos obriga a ana-

lisar com criticidade o processo de letramento por que passam as sociedades, processo este que não é discreto mas, sim, constitui um *continuum*, que de certa forma nunca está concluído, em decorrência principalmente das transformações tecnológicas e sociais que as sociedades vão sofrendo.

Através da instrução formal, o aluno não apenas cumpre um dever, mas adquire o direito de compreender e produzir a linguagem que a “elite dominante” do país utiliza, com todas as marcas que esta linguagem possa ter.

A competência comunicativa fica seriamente abalada quando verificamos o imenso contingente de pessoas que, embora saibam “ler e escrever”, não são capazes de apreender o conteúdo veiculado no texto escrito, por vários motivos, que vão desde o desconhecimento do vocabulário até a incapacidade de contextualizar uma mensagem, passando pela dificuldade em perceber um conteúdo metafórico, por exemplo.

Lamentavelmente, este não é um problema exclusivamente brasileiro. Morais (1996) apresenta resultados de um estudo realizado nos Estados Unidos da América em 1971, a pedido do Comitê Nacional de Leitura, no qual eram medidas as capacidades de ler anúncios e preencher formulários:

“... 4% das pessoas testadas (porcentagem que representa 5,7 milhões de americanos) respondiam corretamente a menos de 80% das questões, e 11% (15,5 milhões de pessoas) a menos de 90% das questões”. (p.17) Ainda nos Estados Unidos em pesquisa realizada em 1986, 95 % dos adultos jovens demonstraram êxito em tarefas simples de leitura, porém 44% destes apresentavam dificuldades para conseguir informações em uma enciclopédia e 80% eram incapazes de parafrasear um assunto num editorial ou de utilizar um horário de ônibus. (Morais, 1996: 18)

Conceituar letramento não é tarefa fácil, principalmente porque este processo pode ser analisado sob as mais diversas perspectivas, que podem até se opor (ver Scliar - Cabral, 1995, 1997).

O letramento será tratado aqui como um processo contínuo que extrapola as questões de leitura e escrita, sendo, entretanto, impossível de desenvolver-se em culturas ágrafas. É possível dizer que nas sociedades onde circula material impresso não há grau zero de letramento: mesmo os analfabetos teriam certo grau de letramento, devido à exposição contínua, ainda que não sistematizada, a materiais impressos (cartazes, rótulos, etc.).

Nesta perspectiva, o letramento seria permeado não só pela linguagem escrita, mas principalmente por ela e um alto grau de letramento seria aquele que permitisse ao indivíduo transitar entre as práticas discursivas e os mais diversos gêneros textuais presentes em seu meio, tanto na recepção, quanto na produção de material escrito.

Além disso, é preciso levar em conta que o desenvolvimento tecnológico das sociedades contemporâneas

avança de tal forma que o letramento deve ser uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento da competência lingüística e no domínio da norma padrão escrita, tão privilegiada em nossa sociedade.

Em uma sociedade constantemente em mudanças, é preciso que o indivíduo desenvolva suas capacidades, da maneira mais completa possível, que amplie e aprofunde seus universos de conhecimento e que além de aprender a resolver problemas numa sociedade em mudanças, aprenda a aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem perpassa quase todas as instâncias de nossas vidas: pensamos para fazer uso dela e fazemos uso dela para pensar; através desta faculdade, que basicamente diferencia seres racionais de irracionais, agimos, ordenamos, solicitamos, enfim, interagimos como sujeitos de nossa existência.

O ensino de língua materna deve estar comprometido com uma clara concepção de linguagem. É preciso optar por outra forma de ver a linguagem, forma essa que deverá orientar a programação, a metodologia e os critérios e processos de avaliação. Sem o fundamento firme de linguagem, não se constrói uma prática pedagógica sólida no ensino de língua portuguesa.

É preciso ter claro que não existe uma forma única de conceber a linguagem: alguns a tomam como uma instituição pronta e acabada (precisamos apenas decorar expressões corretas); outros a tomam como um dom da natureza (precisamos apenas fazê-la desabrochar); outros ainda a consideram como um código (precisamos apenas ser programados como máquinas de cifrar e decifrar).

Isto nos leva a pensar no direito à educação lingüística (Mattos, 1996). Falar em direito à educação lingüística; ver esse direito como dimensão da cidadania e destacar que o sujeito se constitui em meio a (e por meio de) atividades verbais significa rejeitar aquelas formas de conceber o ensino da linguagem como um fim em si mesmo, significa também conceber a linguagem como um conjunto de práticas interacionais, social e historicamente constituídas e se constituindo.

É preciso deixar de lado concepções que isolam a linguagem e os falantes, que tratam a linguagem como uma coisa, como uma entidade extra humana; e adotar um ponto de vista que reconhece a linguagem como uma realidade social e histórica, como uma atividade essencialmente humana.

Dada a complexidade da tarefa de aprendizagem da linguagem escrita e da constante renovação dos gêneros textuais/discursivos, as pesquisas em LA muito poderão contribuir para o desenvolvimento deste processo, principalmente por seu caráter interdisciplinar e por sua conexão com outras disciplinas do conhecimento.

O conhecimento das relações entre a fonologia e a ortografia, a falta de biunivocidade na correspondência grafêmico-fonológica, por exemplo; das diferenças entre os sistemas oral e escrito, do papel das pausas e hesitações na produção oral e suas relações com a escrita; dos modelos de leitura e de processamento das informações; do desenvolvimento de metodologias para o ensino/aprendizagem de língua estrangeira, só para citar alguns exemplos, podem contribuir sobremaneira para o êxito no processo de letramento, principalmente se aliadas às descobertas das pesquisas em psicolingüística, sociolingüística, semântica, pragmática e outras afins.

As perspectivas futuras nesta área apontam para muito além do que o ensino/aprendizagem de língua estrangeira, de acordo com o que pode ser verificado na revisão de alguns artigos abrangentes sobre LA, apresentada neste trabalho.

Neste sentido é importante que se estabeleça distinções entre alfabetização, letramento e escolarização, para através da aplicação de pesquisas científicas tornar possível um ensino de língua materna que auxilie o desenvolvimento de uma competência comunicativa que possibilite ao indivíduo interagir efetivamente na sociedade na qual se insere.

Ao optar por um conceito mais restrito de letramento é necessário priorizar as atividades de leitura e escrita; desta forma não é difícil compreender que as pesquisas em LA que se ocupam dos problemas da leitura e escrita tais como: leitura compreensiva x reconhecimento de palavras; escrita autônoma x reprodução de textos de terceiros, dentre outros, poderão auxiliar o profissional da linguagem no desenvolvimento satisfatório de suas atividades. Desenvolvimento este, cuja demanda se altera à medida em que há avanço tecnológico nas sociedades letradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUGRANDE, Robert A. (1992) Análise de texto e lingüística aplicada como reorientação da lingüística teórica. In: FÁVERO & PASCHOAL (Org.). *Lingüística Textual, Cadernos da PUC*. São Paulo: Educ, n. 22, p. 15-30.
- BOHN, Hilário (1988) Lingüística Aplicada. In: BOHN, Hilário & VANDRESEN, Paulino (Org.). *Tópicos de Lingüística Aplicada - O ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- CAVALCANTI, M. (1986) A propósito de Lingüística Aplicada. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. [s.l: s.n], n.7, p. 5-12.
- CELANI, M. A. A. (1992) *Afinal, o que é Lingüística Aplicada?*. In: PASCHOAL, M.S.Z. & CELANI, M. (Org.). São Paulo: Educ.
- GUMPERZ-COOK, Jenny (1992) *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ILARI, Rodolfo (1992) *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. Campinas: Martins Fontes.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil 1994*. Rio de Janeiro, 1995.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita (1996) *Oficina de Lingüística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras.
- MATTOS, Francisco Gomes de (1996) *Pedagogia da positividade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- MONTEIRO, Rosemeire Selma (1995) *O livro didático e o processo de letramento*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. (2000) *Contribuições psicolingüísticas para o ensino de língua portuguesa*. In: Revista de Letras da Universidade Federal do Ceará, v.1, n. 18, 1998 (publicada em 2000).
- OLSON, David (1997) *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática.
- PASCHOAL, M.S.Z. & CELANI, M. (Org.). (1998) *Lingüística Aplicada: da aplicação da lingüística à lingüística transdisciplinar*. São Paulo: Educ.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues (1998) O letramento na ontogênese: uma perspectiva socioconstrutivista. In: *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado de Letras.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor (1986) *Introdução à psicolingüística*. São Paulo: Ática.
- _____. (1996) Da oralidade ao letramento: continuidades e descontinuidades. In: *Letras de hoje*, v. 30, n. 2, p. 21-35, jun. Porto Alegre.
- _____. (1998) Letramento e as perspectivas para o próximo milênio. In: *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular.